

**A EXPRESSÃO DA MOBILIDADE DO TRABALHO NA
MEMÓRIA DOS MORADORES DO POVOADO DE ITAIPU-BA**

**THE ESPRESSION OF LABOR'S MOBILITY IN THE
MEMORY OF ITAIPU-BA VILLAGERS**

Urânia Teixeira Amaral & Ana Elizabeth Santos Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
urania.geo@gmail.com, ana_alves183@hotmail.com

Recebido 05 de novembro de 2015, aceito 10 de maio de 2016

RESUMO - O presente artigo aborda uma discussão sobre a mobilidade do trabalho expressa na memória dos moradores do povoado de Itaipu-BA que migravam para São Paulo-BR e regiões circunvizinhas ao povoado em busca de trabalho. O embasamento teórico é construído sobremaneira pelos estudos de autores como: Guademar (1977), o qual traz questões relevantes sobre a mobilidade do trabalho, Carlos (2007), no que se refere ao conceito de lugar e Halbwachs (1990), que delinea as características da memória coletiva. As narrativas dos moradores de Itaipu revelam a mobilidade do trabalho existente no passado, o sentimento de pertencimento ao lugar, já que, mesmo sendo forçados constantemente a saírem do povoado, tendo em vista a falta de trabalho na região, mantêm as tradições aprendidas.

Palavras-Chave: mobilidade do trabalho, memória coletiva, lugar.

ABSTRACT- This article portrays the discussion of the work mobility expressed in the memory of villagers from Itaipu-BA who moved to São Paulo-BR and surrounding areas to that village in order to get work. The theoretical basis is constructed mainly by the authors' studies, as Guademar (1977), which brings relevant questions about the mobility of the work, Carlos (2007), which refers to

the concept of place and Halbwachs (1990), which details the characteristics of the collective memory. The narratives of the Itaipu population reveal the work mobility in the past, the feeling of belonging to that place, since, although they were constantly forced to leave the village because of the lack of work in the region, they still maintain the learned traditions.

Keywords: labor mobility, collective memory, place.

INTRODUÇÃO

A discussão em torno da mobilidade do trabalho expressa na memória dos moradores do povoado de Itaipu-BA, objetiva compreender quais os processos que resultam nessa mobilidade e de que forma a mesma interfere nos processos de produção e reprodução das famílias que vivem no povoado, tendo em vista as relações de trabalho construídas e reconstruídas ao longo dos anos.

O povoado pertencente ao distrito de José Gonçalves, situa-se entre as cidades de Vitória da Conquista e Planalto- BA, Brasil. Vinculado ao primeiro município, encontra-se à 36 km dessa sede e a 7 km da BR 116 (figura 01 e 02). O espaço apresenta uma população de 379 habitantes, sendo 187 homens e 192 mulheres; possui 140 domicílios, mas apenas 106 estão ocupados, como base no Censo Demográfico, de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE). Para este estudo foram realizadas entrevistas, em períodos diferentes no ano de 2014 e 2015, com sete moradores do lugar, sendo cinco mulheres e dois homens. Através de um roteiro semiestruturado, eles foram contando livremente suas narrativas.

As questões a seguir nortearam esse estudo: De que forma as forças produtivas do capital interferem neste espaço social e na vivência dos moradores, tendo em vista a mobilidade do trabalho? Para destrinchar tais indagações pesquisou-se a respeito da memória coletiva, segundo os posicionamentos de Maurice

Halbwachs¹ (1990), o qual estuda a memória com enfoque no comportamento do indivíduo na sociedade, considerando as lembranças individuais e coletivas dos grupos sociais. Destarte, os relatos são de suma importância na evocação das lembranças dos grupos, as quais se referem a acontecimentos reais vividos outrora pelos mesmos e, por conseguinte, contribuem para reconstruir o passado. Dessa maneira, a partir da constituição de textos sobre os acontecimentos elencados nas narrativas é que se pode chegar aos impasses do passado.

Neste estudo apresenta-se a contextualização teórica da mobilidade do trabalho e a expressão da mesma na memória dos moradores de Itaipu, a qual se revela no grupo daqueles que migram/migraram periodicamente para metrópole paulista – SP, a fim de desenvolver trabalhos temporários, indo os homens trabalhar na construção civil e as mulheres como empregadas domésticas; a mobilidade é também perceptível nas migrações anuais dos moradores de Itaipu-BA para as lavouras de café em regiões circunvizinhas, a fim de trabalhar no processo de colheita até o término da safra, e depois retornam para o povoado. Tais trabalhadores não migram livremente, mas são condicionados pelo sistema do capital que promove a necessidade de subsistência material dos mesmos. Ressalta-se neste processo, os vínculos que os moradores têm com o lugar e com o espaço familiar, sendo que as tradições não se perdem com as migrações.

DISCUSSÕES ACERCA DA MOBILIDADE DO TRABALHO

Ao conceituar mobilidade do trabalho, Gaudemar (1977) considera a saída de pessoas do seu lugar de origem como forma de ampliar a acumulação do capital. Além disso, o autor também destaca que o conceito de mobilidade está associado a deslocalização espacial dos homens que pode estar pautada nas migrações geográficas ou mesmo no meio profissional. Fábio Gomes (2009), ao discutir

¹Este estudo se baseia na memória coletiva discutida por Halbwachs (1990), tendo em vista que o mesmo se refere à memória dos grupos sociais, e busca, desse modo, evocar acontecimentos por meio das lembranças.

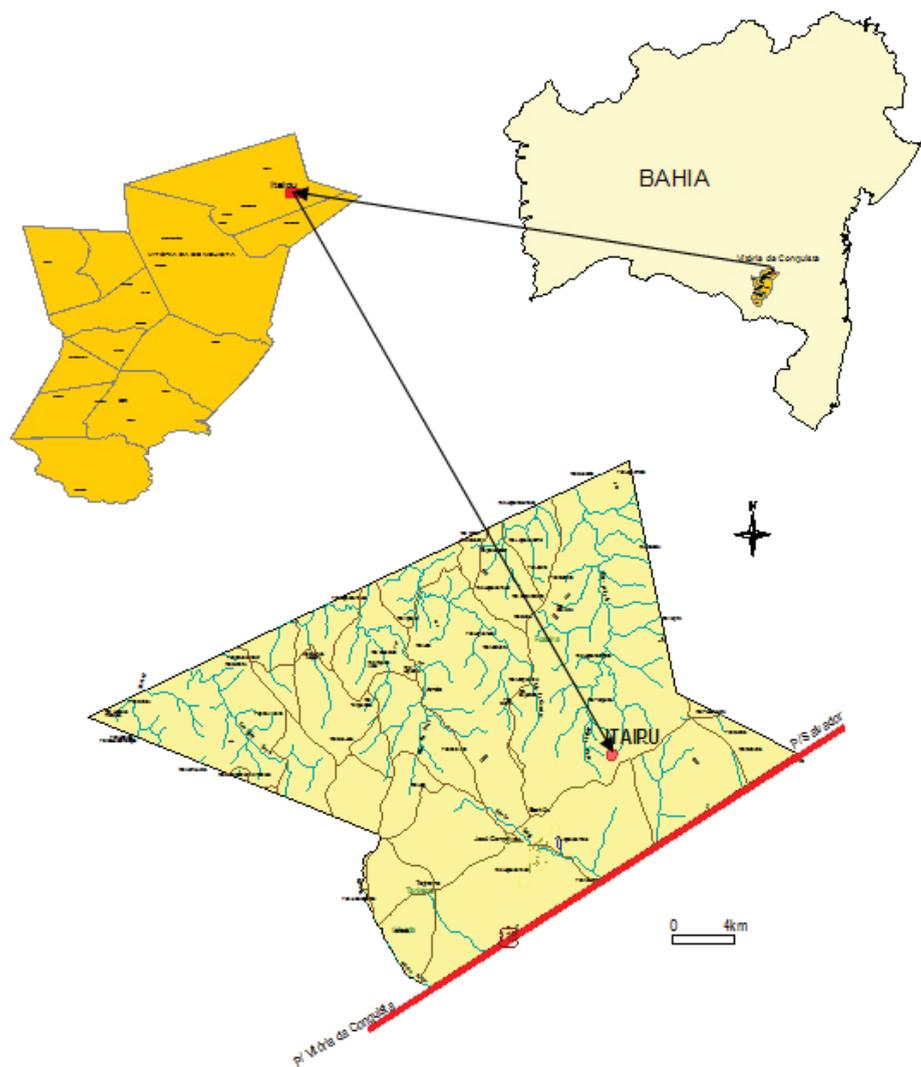


Figura 1: Mapa de Localização do povoado de Itaipu-BA.
Fonte: Edvaldo Oliveira, 2012.

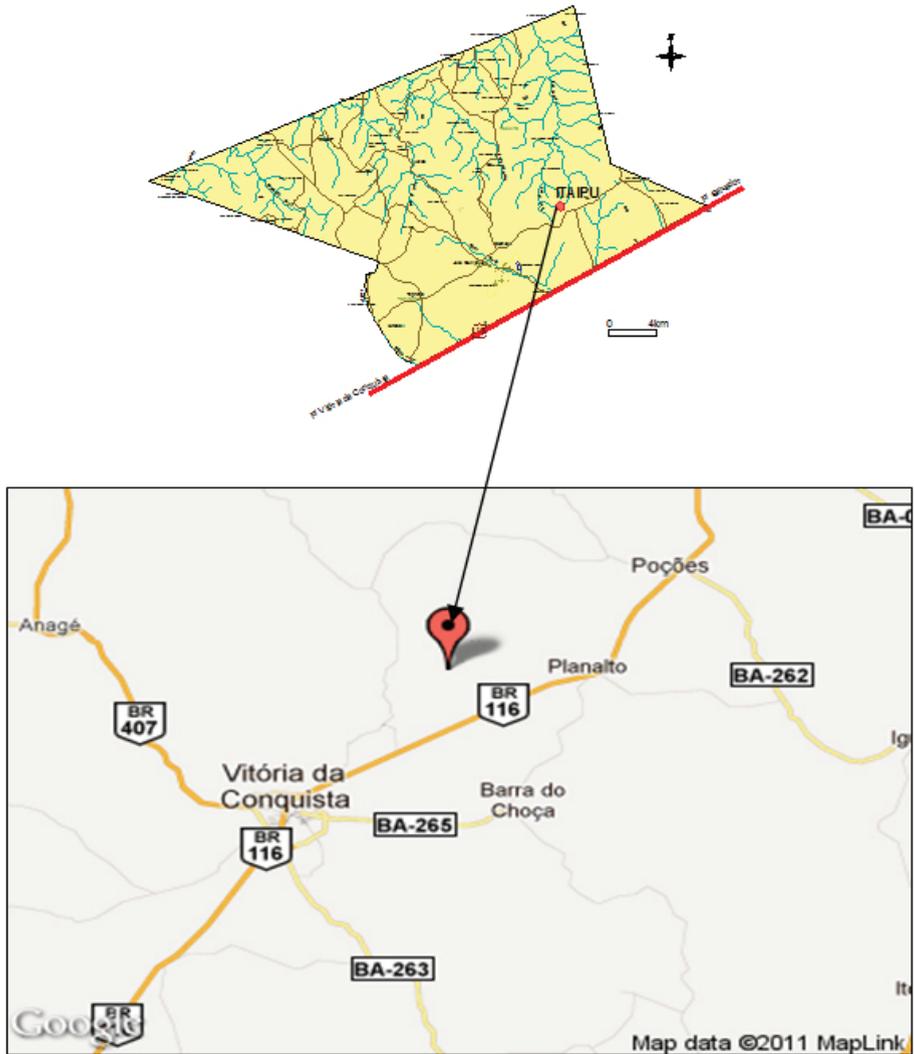


Figura 2: Localização do povoado de Itaípu em relação as cidades circunvizinhas.
Fonte: <<http://maps.google.com.br/map>> e Edvaldo Oliveira, 2012.

sobre a mobilidade conceituada por Gaudemar, enfatiza que o capital controla a força de trabalho de diversas formas porquanto não bastam apenas homens trabalhando e produzindo mercadorias, o importante também é a circulação do trabalho abstrato. A estratégia do capital é promover a “liberdade” do trabalhador na busca pelo trabalho:

[...] defendendo que os trabalhadores têm capacidade de se deslocar por entre os espaços em busca de melhores condições de vida, que se traduzem em salários e renda em nível mais elevado. Assim, a liberdade de escolha é atribuída ao trabalhador (GOMES, 2009, p. 38).

Entretanto, na realidade, os trabalhadores são forçados a saírem de seus lugares de origem em busca de sobrevivência, e quem irá determinar isso são as estruturas econômicas do capital. A liberdade termina quando a força de trabalho é vendida. O capital possui o poder de mover o trabalhador para onde ele quiser, objetivando abastecer o mercado com força de trabalho onde for necessário, controlando e produzindo fluxos migratórios (GOMES, 2009).

No Brasil, existe um grande contingente populacional que migra do campo para as cidades, em busca de melhores condições de trabalho. Alguns dos componentes desse grupo são expropriados de suas terras por grandes proprietários e vão trabalhar como proletários nos centros urbanos. Ao tecer considerações sobre essa mobilidade do capital, Carlos destaca:

Resumidamente, tais processos são: a acumulação e a expansão, além da necessidade de produzir; as revoluções tecnológicas que liberam tanto a produção quanto o consumo dos limites espaciais, tornando os limites da região porosos; as lutas de classe, que podem forçar os capitalistas a buscar outros lugares, e as

revoluções nas formas capitalistas de organização que permitem maior controle sobre espaços cada vez maiores. Essas são forças que tendem a abalar a coerência estruturada de um território (CARLOS, 2011, p. 105).

Gaudemar (1977) ressalta que a mobilidade do trabalho gera um fluxo em massa da população de uma região para outra, o que permite ao capital ampliar seu campo de intervenção. Com a internacionalização do capital, as relações de produção se espalham pelos diversos campos do mundo, o que torna a mobilidade mais intensa. A mobilidade do trabalho, utilizada como estratégia do capital, está alicerçada na migração forçada, o que conduz às lutas populares como modos de resistência a tais processos.

O trabalhador que sai de um espaço rural para as grandes cidades tem sempre o pensamento de encontrar melhores condições de vida e, ao se inserir no mercado de trabalho, em muitos casos, acredita que o lugar oferece boas oportunidades, e que ele se deslocou de sua região livremente. Entretanto, o trabalhador encontra-se alienado pelo capital. Sobre isso, Harvey (2013a, p. 486) explana: “Em busca de emprego e de um salário para sobreviver, o trabalhador é obrigado a acompanhar o capital para onde quer que ele flua”. Em outras palavras, o trabalhador é “livre” para vender sua força de trabalho, mas a necessidade de sobreviver força-o a fazer isso.

A mobilidade do trabalho é regulada pelos ditames do capital, e quando for necessário manter reservas de trabalhadores num lugar, o capital investirá em educação, saúde, emprego, assim como promoções nas empresas. Harvey (2013a) define isso como políticas de manipulação da emigração e imigração determinadas pelas grandes corporações.

O processo de mobilidade do trabalho é difícil para os trabalhadores, se levado em conta a representação simbólica que construíram ao longo de um

tempo histórico com o lugar e com os grupos sociais com os quais conviveram. É notória a diferença na forma de vida ao se deparar com a realidade das cidades. Em vista disso, eles encontram, em sua maioria, dificuldades na busca por condições de sobrevivência e moradia. A essas pessoas:

São impostos, a maior parte das vezes, o êxodo rural e a proletarianização dos camponeses, por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí extrai. São impostos, a maior parte das vezes, os modos de acesso aos empregos e às formações profissionais por um sistema que considera os homens apenas como instrumentos de valorização do capital (GAUDEMAR, 1977, p.31-32).

Muitos desses trabalhadores se frustram ao perceberem uma realidade diferente da qual idealizavam, refletindo as marcas das disparidades socioespaciais e a forte concorrência na procura por postos de trabalho. Ao abordar sobre tais questões numa escala macro é notório que os principais fatores contribuintes para essas migrações forçadas, no Brasil, foram a concentração industrial, especificamente na região sudeste, como também a modernização agrícola, que acaba expropriando um contingente populacional do campo, que é forçado a migrar para os centros urbanos.

A concentração geográfica, quando se trata da distribuição da produção, é bem planejada. A inserção de estruturas físicas, tais como: aparelhos tecnológicos e urbanos, são reflexos de uma forma de valorização de um determinado espaço, cujas condições sociais e físicas são relevantes para a acumulação de capital. Existem lugares que não oferecem lucratividade, devido ao fato de abrigar uma pequena quantidade de habitantes, a exemplo das pequenas comunidades rurais. Em espaços como esses, é favorável instigar a dispersão territorial, forçando direta ou indiretamente a migração para outras regiões.

Harvey discute sobre as formas econômicas, como se estabelece o controle sob a produção e de que modo isso se concretiza nos territórios. Afirma o autor:

O Estado também estabelece estratégias e canais de planejamento urbano e regionais, investimentos tanto públicos quanto privados, conforme o caso. Regulamentações legais e administrativas surgem para controlar e promover benefícios interativos e custos de diferentes tipos de usos diretos da terra. Dispositivos desse tipo modificam os mecanismos básicos do mercado fundiário e do mercado imobiliário, baseados na negociação de capitais fictícios. O efeito disso é a criação de uma hierarquia de meios- mercado, institucional e Estado- para a produção, modificação e transformação das configurações espaciais do ambiente construído (HARVEY, 2013a, p. 505).

É dessa maneira que se processam o controle da produção e a distribuição das infraestruturas sociais sob os espaços. As vias de circulação e comunicação, por exemplo, são meios criados para promover a fluidez do capital, o que, todavia, não implica em melhorias destinadas aos habitantes de uma determinada região. Ao revelar que o capital atua de acordo com interesses individuais, Harvey (2013a) ressalta que, muitas regiões não são valorizadas por conta disso e não recebem nenhum tipo de infraestrutura. Isso ocorre por uma série de questões, como a improdutividade da terra ou a falta de força de trabalho para a demanda de certas empresas. Sobre aqueles lugares que recebem investimento estatal, sob a égide das forças produtivas do capital, o autor supracitado elucida: “Essas regiões então parecem “naturalmente” favoráveis à acumulação em virtude dos “recursos humanos e sociais” que foram aí incorporados. Com base nisso, o capital da produção provavelmente será atraído para essas regiões” (HARVEY, 2013a, p. 511).

A MOBILIDADE DO TRABALHO PRESENTE NAS IDAS E VINDAS PARA SÃO PAULO

Vocês não queiram mal aos que

vem de longe,

aos que vem sem rumo certo,

como eu vim.

As tempestades é que nos atiram

Para as praias sem fim...

(Judas Isgorogota, Os que vem de longe)

O capital possui diversas formas de se concentrar e promover o crescimento de suas forças produtivas. Isso nem sempre se dá de maneira visível, assim como a exploração do trabalhador não ocorre exclusivamente no chão da fábrica, ou, nas grandes propriedades agrícolas, sobretudo, nas regiões quase que vazias em termos populacionais, em comunidades menores e tradicionais.

A questão principal é que as comunidades apresentam contrastes em relação a outros lugares, onde se mantêm atividades do capital fixo. Isso é o que Harvey (2013b) conceitua por “desenvolvimento geográfico desigual” do capitalismo, pelo qual se apresenta a divisão do trabalho e, por conseguinte, a divisão de classes, mesmo que em espaços pequenos, tais como: comunidade e região. Nesse raciocínio, o local não se desvincula do global e as estratégias do capital são parte de um amplo sistema produtivo. Visto isso, afirma-se:

Ao articular a localização dos elementos necessários à produção e à circulação do capital como condição da acumulação continuada, a produção de mercadorias se associaria a uma determinada “situação” que permitiria pensar na relação do local da produção com espaços mais amplos (CARLOS, 2011, p. 104).

É necessário compreender o espaço como sociedade, bem como, a localização num âmbito social, a fim de entender o mundo do trabalho e, a forma com que o capital o constitui. O que acontece é que determinadas regiões são desvalorizadas pelas forças produtivas do capital o que, por sua vez, induz os trabalhadores, que moram nelas, a migrarem para outros lugares, sendo então uma forma de atrair mão-de-obra para onde se obtém maior acumulação de capital. Questões como estas se referem ao conceito discutido, a chamada “mobilidade do trabalho”.

Muitos trabalhadores do povoado migraram para as grandes metrópoles do Brasil, principalmente em direção a São Paulo. Ao analisar historicamente, Sampaio (2013) explica que a migração para São Paulo se intensificou em meados de 1950 e 1970, tendo em vista o desenvolvimento industrial que estava ocorrendo na região, sendo que o Nordeste foi uma das principais regiões fornecedoras de mão-de-obra. Esse processo de industrialização no Sudeste redefiniu a divisão regional do trabalho em todo território nacional, ao relatar sobre a situação do Nordeste neste contexto Oliveira (1977) afirma:

Seu papel nessa divisão regional do trabalho no que respeita “a região” Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva; as migrações Nordeste-São Paulo chegam a constituir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização, e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora. (p. 37).

Percebe-se que a região Nordeste no período em que se despontava a industrialização no Brasil (1970) foi um espaço de composição de uma massa de trabalhadores, os quais iriam migrar para o Sudeste para trabalhar nas indústrias. As contradições da reprodução do capital são visíveis, ao passo que enquanto o Sudeste crescia economicamente, o Nordeste estagnava. A região não recebia

investimento estatal e com isso, a falta de postos de trabalho forçou a mobilidade do trabalho. A situação não foi diferente para os moradores do povoado de Itaipu, em que mesmo não indo trabalhar nas indústrias em São Paulo ocupou trabalhos precários na construção civil, sendo usados como mercadorias pelos empresários.

As narrativas de moradores do povoado de Itaipu-Ba comprovam a mobilidade de trabalhadores para as grandes metrópoles do Brasil, principalmente, em direção a São Paulo. A pesquisa possui um caráter exploratório com uso de entrevistas semiestruturadas, os entrevistados² compunham-se, principalmente, de idosos, visto serem eles os moradores que permanecem nas casas, enquanto, os jovens, em sua maioria, atualmente trabalham nas cidades mais próximas, repetindo a mobilidade empreendida por seus parentes. Foi utilizado, em todas as visitas, um gravador e câmera digital, por meio dos quais se obtiveram registros orais e fotográficos das famílias ou moradores estudados. As narrativas juntamente com o balizamento teórico foram de suma relevância na construção deste estudo³, no qual foi possível identificar a existência de um coletivo de trabalhadores que trabalham nas mediações do povoado na condição de meeiros, diaristas, pequenos agricultores, dentre outros trabalhos temporários.

Ao se questionar ao Sr. Jesulino sobre como era o trabalho dele em São Paulo, o mesmo relata:

Foi trabalhar em que lá? *(fala da pesquisadora). Ne construção, ai vinha, ai cheguei aqui casei com Laura, ai sempre eu ia pra lá, oitho mês e um ano, eu fiquei lá até dois ano, mas vou de feras. Morava ne construção mesmo, lá gente chama de peão, cunzinhava lá, no serviço mês que trabaiava, morava.*⁴

² Foram realizadas 22 entrevistas, sendo 10 homens e 12 mulheres.

³ Este estudo trata sobre algumas discussões realizadas na dissertação de mestrado da autora.

⁴ Entrevista realizada com Sr. Jesulino, 77 anos, no dia 21 de Novembro, de 2014.

É importante ressaltar que o Sr. Jesulino quando retornou a primeira vez de São Paulo se casou com Laura. O casamento neste sentido revela o pertencimento ao lugar. Sobre isso afirma-se:

[...] não se destinou apenas acumular recursos e realizar a passagem ritual, mas também a constituir uma rede social de apoio que garanta a volta ao mesmo lugar. Isto é, a construir um “capital social”, e também “ um capital simbólico”, representado pelo “conhecer bem o lugar”, “pelo saber onde procurar”, ou seja, pelo saber movimentar-se no espaço social (WOORTMANN, 2009, p. 222).

Essa afirmativa faz compreender que o casamento para o Sr. Jesulino não apenas um ritual, porém fez com que uma relação de afetividade fosse construída e ao mesmo tempo, outra forma de pertencer ao lugar. Os laços com sua esposa fizeram com que Jesulino mesmo dando continuidade as idas para São Paulo, tendo em vista a mobilidade do trabalho, o mesmo sempre retornasse ao povoado.

Moradoras como: Esmeralda (75 anos), Clemência (94 anos) e Maria (65anos), em suas narrativas, afirmam que seus filhos foram para São Paulo em busca de trabalho. A moradora Esmeralda relata que quase todos dos seus filhos foram para a metrópole paulista. A mesma afirma: “Morou tudo em São Paulo, só não Valeria e só meu filho mais véi que mora em planalto nunca foi em São Paulo. Rege morou sete ano, depois que ela teve Aline. Minha menina, a mais velha trabalhou em São Paulo trinta anos, agora trabalha em Conquista”.⁵ Dona Esmeralda, ao expressar sentimentos de saudade dos filhos que foram morar em São Paulo, diz:

⁵ Entrevista realizada com Dona Esmeralda, 75 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

Romildo, ele trabalhou quais 3 ano em São Paulo, ele num quis mar nunca vortar pa São Paulo, ai ficou. Porque aqui na roça a gente morre. Os outros morou 30 anos (dois), os mais vei trabaizou numas cinco firma, depois que eles parou de trabalhar de construção eles foi trabalhar na firma do gás. Terra de São Paulo o povo ganha mutho dinheiro, mas também gasta demais, muita violência.⁶

Neste caso, os filhos de Dona Esmeralda, tanto o que passou três anos, quanto os que ficaram em São Paulo por mais tempo, sem deixar de visitar os parentes anualmente, não abdicaram do sentimento de pertencimento ao lugar onde nasceram, sendo, então, um dos motivos de terem retornado definitivamente ao povoado.

Segundo uma moradora do povoado de Itaipu,⁷ um dos seus filhos foi morar, em São Paulo, em meados de 1997; permaneceu lá quase dez anos e, neste mesmo período, constituiu família, mas retornou em 2005, isso demonstra que o vínculo com a família não se perdeu, essas relações de afetividade possibilita o retorno dos moradores ao povoado. Na narrativa, Esmeralda enfatiza que quando este filho voltou para o povoado não teve dificuldades em conseguir trabalho, sobre isso ela diz: “O mesmo trabaí que ele trabaíava lá ne São Paulo ele chegou aqui conseguiu, ele trabalhava no mercado de arrumar as coisa e de motorista também. Ele trabalha de motorista em Conquista, aquela empresa verde. Lá ne São Paulo ele aprendeu trabalhar de motorista”.

Os trabalhadores, que saíram do povoado de Itaipu com destino a São Paulo, tinham pouca qualificação profissional, levando-os a ocupar trabalhos precários, principalmente na construção civil, no caso dos homens, e empregadas domésticas, no que se refere às mulheres.

⁶ Entrevista realizada com Dona Esmeralda, 75 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

⁷ Entrevista realizada com Dona Esmeralda, 75 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

Segundo os relatos de alguns moradores que foram pra São Paulo, apesar da oferta de postos de trabalho, se sentiram, muitas vezes, “estranhos” num ambiente totalmente diferente do que estavam habituados. Tais questões despontam as disparidades encontradas no espaço urbano, sendo que a metrópole paulista passou por um crescimento urbano acelerado, que trouxe sérias consequências na infraestrutura (deficiência de rede de esgoto, água, asfalto, escolas, hospitais- (CARLOS, 2007)). Sobre isso explana-se: “Produz-se neste processo o estranhamento do cidadão diante da cidade que se transforma com incrível rapidez, eliminando as referências do lugar que diz respeito, diretamente à sua vida e onde se reconhece enquanto habitante de um lugar determinado” (CARLOS, 2007, p. 38).

Sobre os fluxos que o morador Reginaldo realizou para São Paulo, afirma:

[...] fui em São Paulo, fiquei uns quato ano e voltei praqui de novo. Trabalhei de ajudante de pedreiro, depois voltei trabalhar na faxina, ai depois num senti bem vim embora. Porque o clima num é igual aqui, ai vim embora pra cá [...] (Sr Reginaldo, 53 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Em discussão sobre narrativas, como a de Sr. Reginaldo, Dantas (2014, p. 133) afirma: “Quando a terra não dava o suficiente para seu sustento, era o momento de partir para a rua, mas aqueles que eram ligados a ela voltavam e se conectavam novamente no tempo da roça”. Isso revela o vínculo que os trabalhadores têm com o lugar e com o trabalho na roça, e, neste processo: ritmos, significados, tradições são construídos ao longo da história, trajetórias que representam a vida de moradores como a do supracitado. Diante do exposto:

Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/

tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial (CARLOS, 2007, p. 17).

Além destes aspectos, as relações de pertencimento pelo espaço familiar também fazem parte da vivência dos moradores do povoado de Itaipu, os quais mesmo migrando para outros lugares mantêm este vínculo. O pai de família que migra para São Paulo como o Sr. Reginaldo, encontra outras condições de vida e assume outro papel ao se deparar com o espaço urbano da metrópole e por isso sente saudade da forma de vida que tinha no espaço familiar. A respeito disso é ressaltado:

As distintas formas de migração relacionam-se estreitamente a família. De um lado, relacionam-se ao grupo doméstico como organização econômica, inscrevendo-se a migração na divisão de trabalho doméstico e na divisão do tempo. De outro lado, elas se relacionam intimamente à hierarquia, isto é, à família como valor e à posição de pai de família, que encarna a hierarquia; relacionam-se, portanto, a honra que tem como campo a família. (WOORTMANN, 2009, p. 236)

Neste contexto, a tradição do pai de família migrar perdura na memória dos moradores de Itaipu, enquanto que a mulher tem a função de cuidar do espaço doméstico e da roça.

Em Itaipu, a maioria dos filhos de Dona Clemência trabalhou na construção civil. Ao perguntá-la sobre os que foram para São Paulo, a mesma relata:

Foi o que morreu, Médio, foi Etevaldo, foi Irisnaldo e Edimilto que é o Beto, trabaiaava e vinha, trabaiaava seis meis e vinha embora. Só que era casado só era Médio, os oto era solteiro. Trabaiaava de armador (armar prédio- construção cívil) de pedreiro, eles num aprendeu profissão [...] ⁸

Já os que vão para cidades próximas ao povoado trabalham tanto em construção civil, como também no comércio, segundo afirmam moradores. Outros, como a moradora Célia de Jesus, tiveram a necessidade de migrar para São Paulo, a mesma afirma que a causa de ter saído foi:

Pra ajudar meu pai que tinha problema de coração, ai naquele tempo num tinha dinheiro, naquele tempo num tinha emprego aqui, e pra manter a casa que tinha irmãos. Era obrigado ficar assim pra puder ajudar a família, mais quantas e quantas vezes que num chorei com saudade pra vim embora e tinha que pensar que tinha que manter meus trabalho pra ajudar. Tinha uns 18 a 20 anos⁹.

A moradora Célia inicialmente saiu do povoado, motivada pela necessidade de ajudar, com auxílio financeiro, sua família. Porém, as dificuldades continuaram e, então, a mesma teve que trabalhar por um longo período em São Paulo, porque, no povoado, bem como nas cidades próximas, não havia oportunidades de trabalho para ela. Mas a saudade fez com que ela retornasse. Sobre esse sentimento de pertencimento afirma-se:

A natureza social [...] do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história

⁸ Entrevista realizada com Dona Clemência, 94 anos, no dia 21 de Novembro, de 2014.

⁹ Entrevista realizada com Célia de Jesus, 48 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 2007, p. 22).

Além disso, é perceptível que os fatos que ocorrem numa comunidade pequena, as relações sociais construídas pelos grupos familiares e o vínculo que os moradores mantêm com o lugar e o mundo do trabalho estão conectados as outras regiões maiores, pois os lugarejos são também pontos onde o capital se fixa e estabelece ligações com os grandes centros urbanos. Diante do exposto:

Podemos dizer que o Estado pesa sobre a sociedade planificando-a racionalmente com a contribuição do conhecimento e das técnicas através de planos e programas. Nesse contexto ao mesmo tempo que produto social e meio o espaço é também instrumento de ação - meio de controle, logo de dominação e de poder que produz uma hierarquia dos lugares centrado no processo de acumulação que produz a centralização do poder (CARLOS, 2007, p. 31).

Em vista disso, percebe-se o quanto o espaço é usado como instrumento do Estado para acúmulo de poder e controlado por essas forças estatais capitalistas. O espaço social de Itaipu se enquadra nessas características, porque se constitui em um lugarejo, mas que está interligado as demais regiões e sob o domínio das estruturas globais do capital.

Harvey (2013b) ao tratar sobre a mobilidade do trabalho, que resulta na reprodução espacial, afirma que os espaços são produzidos e reproduzidos, sob forças de comando regidas pelo modo de produção capitalista, que ocorre

por meio da circulação e acumulação desigual de capital. Conseqüentemente, determinados lugares são valorizados e recebem infraestrutura, em detrimento de outros espaços dispersos territorialmente, os quais são utilizados temporariamente pelos capitalistas individuais para gerar lucro. Sobre isso afirma-se:

Assim o processo de valorização-desvalorização dos lugares depende de sua situação enquanto ponto estratégico dentro do sistema de reprodução ampliada das relações sociais enquanto lugares estratégicos controlados por estruturas que permitem ao sistema mundial se manter e reproduzir (CARLOS, 2007, p.31).

O povoado de Itaipu é um lugar usado como instrumento do modo de produção capitalista, regido por superestruturas globais que o controla em todas as suas instâncias, partindo da instituição familiar. É notória a desvalorização do povoado por parte das forças estatais que exercem, de certa maneira, domínio sobre este espaço, ao passo que não se investe em infraestrutura, a fim de promover o crescimento econômico da região, forçando a mobilidade do trabalho.

Neste sentido: “O espaço aparece como “realidade” enquanto meio de acumulação, do crescimento, da mercadoria, do dinheiro, do capital; mas tal “realidade” perde a aparência substancial e autônoma quando o exposto segue sua gênese: sua produção” (LEFEBVRE, 2006, p. 108). Em suma, o espaço não é simplesmente um conjunto das relações estabelecidas entre indivíduos, mas é também envolvido por uma série de significações que compõem funções e articulações, sendo que a sua própria construção e de seus elementos materiais e imateriais se dão por meio do trabalho dividido.

É importante ressaltar tais questões relacionadas às contradições socioespaciais, a fim de compreender porque existem espaços tão díspares, nos quais se apresentam desigualdades sociais. Muitos lugares, tais como a pequena

comunidade de Itaipu, são espaços destituídos dos benefícios do capital, o qual seleciona os lugares que receberão estruturas sociais, com intuito de aumentar a produção e acumular capital. Do contrário, outras áreas são apenas fonte de exploração, usadas para impulsionar a força de trabalho para outras regiões específicas, especialmente, as metropolitanas. Neste ponto de vista:

A desvalorização específica do lugar do capital incorporado nas infraestruturas sociais, sem falar na destruição dos modos de vida tradicionais e de todas as formas de localismo construído em torno das instituições sociais e humanas, torna-se assim um dos elementos centrais da formação e resolução da crise no capitalismo (LEFEBVRE, 2006, p. 512).

Os moradores de Itaipu são trabalhadores, usados como mercadorias, em um processo de forças cuja atuação consiste em mobilizá-los de um lugar para outro, a fim de atender espaços com necessidade de força de trabalho. Isso é comprovado pela extrema precisão que os moradores têm de ficar migrando de um lugar para outro com o interesse de prover o sustento de suas famílias.

Na família de Dona Esmeralda, por exemplo, dos nove filhos que tem, sete deles migraram para a metrópole paulista, sendo que uma das filhas morou durante trinta anos em São Paulo. A mesma relata que o motivo da saída deles de Itaipu foi: “Porque precisava né, aqui tinha o ganho de roça, trabalhava a vida toda na roça, nunca adquiria nada né e aí foi pra São Paulo pra adquirir a sorte”.¹⁰

Cada lugar possui características particulares, mais que estão sob o controle de uma totalidade regida pelo sistema do capital numa escala global:

Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se

¹⁰ Entrevista realizada com Dona Esmeralda, 75 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso o que nos leva imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade, não importa o lugar particular onde o novo se move (SANTOS, 1988, p.21).

A afirmação esclarece a ideia de que não importa as distâncias nem o tamanho dos espaços, ou mesmo, onde estão situados, sempre haverá um meio de utilizá-los como produto da acumulação capitalista. A produção, o consumo e a divisão social do trabalho fazem parte de um sistema combinado de forma desigual pelas superestruturas econômicas mundiais interligadas por redes. Todos os espaços, como uma pequena comunidade, também estão sob o domínio de centralidades regidas e controladas pelo capital. Diante do exposto:

O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar os fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar” (grifo do autor). (CARLOS, 2011, p. 76).

À proporção que a sociedade se movimenta, os espaços são modificados e reproduzidos socialmente. Entretanto, uns recebem investimentos para melhorar suas estruturas, pois são favoráveis à instalação de empresas, tais como as multinacionais, tendo em vista, também, a quantidade necessária de mão-de-obra. Já outros lugares não recebem tais benefícios, muitas vezes em virtude do fato de a mão-de-obra de que dispõem se deslocar para outros espaços. O interesse está apenas na força física do trabalhador a ser utilizada como mercadoria para promover a acumulação de capital. Dessa forma, enquanto alguns espaços são

segregados, outros são integrados e, com isso, estabelecem-se funções para divisão da produção e uma hierarquia na distribuição das atividades laborais.

Sobre o tempo em que foi trabalhar em São Paulo, o Sr. Jesulino relata que trabalhou na construção civil por um ano e, em alguns meses, morou no próprio local de trabalho. Assim, nota-se que a vida dele não melhorou, pois, o dinheiro que recebia era destinado ao sustento da família. Silva & Melo avaliam essa condição de vulnerabilidade:

Mas os movimentos migratórios, embora ligados às atividades sazonais, relacionadas à agricultura e o extrativismo, constituíram tentativas diversas de relação com o espaço, de encontrar um lugar que pudesse tornar-se fonte de sobrevivência do grupo familiar. Experiências penosas, marcadas pela dificuldade de manutenção da extensa família (cinco filhos e a esposa), por condições de trabalho precárias e situações de superexploração (SILVA & MELO, 2009, p. 144).

Sobre este tema, Gaudemar (1977) descreve que a força de trabalho é vista como mercadoria e mobilizada espacialmente, e as migrações sempre estiveram a serviço da valorização do capital. Contudo, segundo esse autor, só é interessante para o capital as movimentações que possibilitam sua valorização; a partir delas, os detentores desse poder se encarregam de atrair trabalhadores para um determinado território, ao adicionar polos de produtividade, a fim de absorvê-los.

A história de Sr. Jesulino é um exemplo comum ao trabalhador da comunidade que, ao longo de um processo histórico, foi se adaptando às novas condições espaciais. Quando havia oferta de trabalho na região, eles iam trabalhar na lavoura de mandioca, em terras dos pequenos agricultores. Quando a safra terminava e não obtinha nenhuma renda, alguns tentavam melhores condições

em São Paulo. Contudo, em alguns casos, a saudade dos familiares ou o salário pouco os faziam retornar.

A MOBILIDADE DO TRABALHO PARA COLHEITA DE CAFÉ EM REGIÕES CIRCUNVIZINHAS AO POVOADO

A mobilidade do trabalho, no povoado, também é resultado do trabalho temporário no processo de colheita do café em outras regiões. Em um período específico do ano, um grupo de trabalhadores sai da comunidade e migra para os lugares onde são contratados, temporariamente, para trabalhar na safra de café. Ao questionar a moradora Esmeralda¹¹ se a mesma já trabalhou em safra de café, ela diz:

Já demais, quando meu esposo morreu meu fi o mais vei ele era gerente de uma roça de café. Custumava eu ir pra lá depois do São João, ai ficava lá até setembro. Meus minino tudo trabalhava ne roça de café. Trabalhava só pra cá pro município de Pranalto (Planalto- BA), mas eu ficava lá na roça mermo, quando meu esposo morreu tinha casa pra morar lá, ai quando eu vim praqui quando o tempo da colheita ai eu ia pra lá, os menino tudo ia pra lá trabalhar, tinha hora que eles perdia até de estudar pra puder panhar café [...].

Existem os grandes agricultores, donos da produção cafeeira, que extraem da força de trabalho os lucros, determinando, por sua vez, o acúmulo de riquezas. Nesse contexto:

Percebe-se de forma mais generalizada o efeito do desemprego, da desterritorialização de milhares de famílias camponesas, da

¹¹ Entrevista realizada com Dona Esmeralda, 75 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento do trabalho precário, informal sem carteira assinada etc (MENDONÇA & SANTANA, 2009, p.02).

O capital, de várias maneiras, acaba por criar trabalho excedente, mercados e pontos de produção, com a finalidade de obter força de trabalho para o processo de produção de mercadorias, e com isso causar um acúmulo, cada vez mais acelerado, de capital.

O que importa para as estruturas capitalistas é extrair o excedente do capital, o trabalhador é visto, neste sentido, apenas como mercadoria, a serviço deste sistema excludente. Antunes (2010) enfatiza que, na sociedade capitalista, o homem passou a ser apenas um meio de satisfazer os objetivos de outros, e passa, então, a ser visto pelo capitalista como “coisa”. Visto isso:

No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre coisas: a capacidade pessoal transfigura-se em capacidade das coisas. Trata-se, portanto, de uma relação reificada entre os seres sociais. [...] supõem, precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento do indivíduo frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades (grifo do autor). (ANTUNES, 2010, p. 148).

O Sr. Jesulino¹² é um morador que já trabalhou em fazendas de café, dentre elas elenca uma localizada no município de Barra do Choça: Fazenda Santa Marta. Sobre este tipo de trabalho, ele destaca:

¹² Entrevista realizada com Sr. Jesulino, 77 anos, no dia 21 de Novembro, de 2014.

Em 1986, ai nois foi trabaiá na fazenda de Acildes, um que tinha um armazém em Curitiba, era da Barra pra dentro, lá gente ficava quinze dia, voltava até o café cabava, vinha aqui casa, ota ora nóis voltava, a gente pegava era por lata né, o esforço era do trabalhador, quando pegava dez lata [...]. A gente ia assim no período de Junho, ia antes da fogueira. Era época da colheita né? Era, depois na época da fogueira a gente vinha pra cá, depois tornava vortar, eles vinha e panhava na camionet.

As relações de trabalho também estão associadas à tradição do lugar, isso é perceptível na narrativa do Sr. Jesulino, em que o mesmo destaca que, no período da “fogueira” (festa de São João), eles retornavam da colheita do café e, posteriormente ao evento, voltavam para o trabalho. A narrativa demonstra a suma importância que o “São João” possui na vivência destes moradores, devido à influência que exerce sob os processos de trabalho no povoado, o que confirma a discussão do capítulo primeiro. Neste sentido, ao olhar os lugares para além do aparente, percebe-se a história que está por detrás, as ações dos indivíduos e a origem dos mesmos, a fim de compreender a cultura de cada lugar, é dessa maneira que:

Através da cultura, muitas vezes territorializada no espaço de uma ou de outra forma, pode-se perceber os laços que os indivíduos tramam entre si, as formas de ação em relação ao ambiente, à natureza. Reconhecer a cultura local significa perceber, a história do lugar, as origens das pessoas, as verdades e os valores que pautam as relações entre elas (CALLAI, 2005, p.04).

No que concerne às relações de trabalho nos cafezais, observa-se que se trata de trabalhos temporários, pois que, quando a safra terminava, trabalhadores,

a exemplo do Sr. Jesulino, retornavam para o povoado. Ao questionar ao trabalhador sobre a distância da comunidade para as fazendas de café, o mesmo afirma:

*Era meia longa, a primeira que nois trabaizou passava em Barra do Choça, Barra Nova e Pau Brasil e no Morro Preto que nois panhou, passava por Pranalto, e a de seu menino é pra lá de Conquista só um poquim.*¹³

O transporte para os cafezais era empreendido por caminhões, e nos dias de hoje, um ônibus é que se encarrega de levar trabalhadores para as fazendas, sendo que muitos realizam o trabalho temporário desde mais jovens e afixam ser uma boa alternativa de adquirir renda, sendo mais favorável do que o trabalho nas roças.

Em se tratando das migrações temporárias, Silva & Melo (2009) enfatizam que isso rompe totalmente com o direito de ir e vir, pois implica em ir trabalhar em um lugar e ficar até que a safra termine, momento que finda, também, o trabalho temporário. Os trabalhadores são usados como mercadorias e descartados pelos proprietários de terras.

Por trás da inserção de estruturas físicas e sociais inseridas no espaço está a força destrutiva do sistema capitalista. Os modos de vida construídos pelos moradores sofrem interferência, quando o capital os forçam, disfarçadamente, a abandonarem seus modos de vida e migrar para outros lugares. Dona Esmeralda explica o porquê de ficar sempre migrando de um lugar para outro em busca de trabalho:

Porque tinha necessidade. Hoje graças a Deus, cê sabe a coisa pra gente milhoro demais, mais ne nosso tempo tinha coisa que

¹³ Entrevista realizada com Sr. Jesulino, 77 anos, no dia 21 de Novembro, de 2014.

era melhor do que agora, gente trabalhava na roça né, trabalhava munto, eu só ganhava mei salário, recebia a pensão, aquele mei salario num dava tinha os filho trabaiava na roça mais eu, me ajudava, por isso que eu saia daqui e ia pra lá, os trabai que tinha aqui tudo era de roça por dia, e lá gente panhava café ganhava mais, era melhor.¹⁴

Essas questões compõem a vivência dos moradores do povoado de Itaipu, os quais muitas vezes precisam sair de suas terras em busca de trabalho, impulsionados pela precarização do trabalho existente. Ao questionar a trabalhadora Rosa Pereira sobre o que a levava ficar migrando de um lugar para outro, a mesma relata: “O trabalho que tinha era esse para o consumo assim da família né, tinha que sair porque aqui nessa localidade num tinha nenhum trabalho, a terra lá que consegue mais trabalho é no morro né que tinha terra pra produzir”.¹⁵

Diante desses relatos, enfatiza-se que os principais problemas que levaram os moradores do povoado a saírem do seu espaço de vivência são a falta de trabalho e de terra para produzir. Isso proporcionou a mobilidade do trabalho tanto para as áreas próximas, como no caso de Rosa, e também para regiões distantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade do trabalho é bem perceptível no povoado de Itaipu, visto que homens e mulheres dessa região, ao longo de suas vidas, têm tido a extrema necessidade de saírem de suas terras periodicamente, o que revela a ação do capital, mobilizando-os de maneira a promover, também, a mobilidade do trabalho e favorecer os grandes setores econômicos responsáveis pelo processo final da produção. Em consequência disso, este espaço é destituído

¹⁴ Entrevista realizada com Esmeralda, 75 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

¹⁵ Entrevista realizada com Rosa Pereira, 42 anos, no dia 11 de Abril, de 2015.

de investimentos em infraestrutura e os interesses de tais setores que controlam a produção é apenas com a mão-de-obra a ser explorada pelos mesmos e os lucros extraídos, essa mão de obra é atraída para lugares onde é de interesse dessas estruturas capitalistas.

Os trabalhadores, do povoado de Itaipu, retornam definitivamente às suas terras de origem pelo fato de ter encontrado nas grandes cidades uma realidade desconhecida, com uma profusão de problemas, como violência, condições insalubres de habitação e saúde, que os levam a enxergar o campo como o melhor lugar para habitarem. A questão é que a mudança de lugar não possibilita seguramente à classe trabalhadora se beneficiar com as novas estruturas do espaço urbano, visto que, são destinadas às classes elitizadas.

Ao associar as narrativas dos moradores com as discussões dos teóricos, compreende-se que pertencer a um lugar não é simplesmente habitar nele. Portanto, a relação de pertencimento está associada a uma junção de trajetórias históricas vivenciadas pelos grupos familiares de Itaipu, de acontecimentos que tiveram lugar em suas vidas e que marcaram os mesmos. Estes aspectos é que define a forte ligação dessas pessoas com o lugar em que vivem. É perceptível a importância das tradições destes grupos, as quais, mesmo sendo abolidas na prática, permanecem na memória de tais moradores. A comemoração da “festa de São João”, por exemplo, era parte da tradição do povoado, porém nos dias de hoje não ocorre mais como antes. A festa tinha uma grande relevância para os moradores, sendo que os que iam trabalhar na colheita do café em regiões circunvizinhas, no período de Junho, retornavam para a festa que acontecia nesse mês, e, após os festejos, retornavam para a colheita até meados de Setembro. Hoje ainda existem resquícios da tradição, em que a maioria das famílias fazem fogueiras em comemoração a “São João”.

Denota-se, uma relação de afetividade entre os componentes dos grupos

familiares entrevistados, isto é, um vínculo às tradições de familiaridade que se evidenciam nesse espaço, compondo os significados simbólicos na região estudada. Nesses encontros e não encontros, em que os moradores se submetem a mobilidade do trabalho é que as relações de trabalho vão se transformando, mas a junção de trajetórias vivenciadas ainda é mantida pela memória coletiva expressa pelos moradores de Itaipu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. (2010). Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14 ed. São Paulo: Cortez.
- CARLOS, A.F.A. (2007). O lugar no/do mundo. 1ª ed. São Paulo: FFLCH.
- CARLOS, A.F.A. (2011). A condição Espacial. São Paulo: Contexto.
- DANTAS, E.F. (2014). Os meeiros do cacau do sul da bahia. Trabalho, corpo e documentação. Dissertação (mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- GAUDEMAR, J.P. de (1977). Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Tradução de Maria do Rosário. Lisboa: Editorial estampa.
- GOMES, F.G. (2009). Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal, Revista de Sociologia e Política, v.17, n. 32, p. 33-49.
- HALWACHS, M. (1990). A memória coletiva. São Paulo: Vértice, editora revista dos tribunais.
- HARVEY, D. (2013a). Os limites do capital. 1 ed. São Paulo: Boitempo.
- HARVEY, D. (2013b). Para entender o capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- IBGE (1980). Censos Demográficos do Brasil – Bahia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- IBGE (2015). Instituto brasileiro de geografia e estatística. Consultado a 24. 07. 2015, In: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=6yyVYO7BtPPgATaICoDQ#q=ibge+po-voado+de++Itaipu+Vit%C3%B3ria+da+ConquistC.
- LEFEBVRE, H. (2006). A produção do espaço. Tradução: Doralice B. P. e Sérgio M. (do original: *La production de l' espace*. 4 ed. Paris: Editions Anthropos, 2000).
- MENDONÇA, M.R.; SANTANA, A.T. de (2009). Geografia e Trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais, *Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente*, v.10, n. 2.
- OLIVEIRA, F. de. (1977). *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- SAMPAIO, A.V.O. (2013). *Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista-BA*. (Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia). UFS.
- SANTOS, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. Hucitec: São Paulo.
- SILVA, M.A.M.; MELO, B.M. de (2009). Partir e ficar: dois mundos unidos pela trajetória dos migrantes. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília*, v.33, p.129-151.
- WOORTMAN, K. (2009). Migração, família e campesinato. In: WELCH, C.A. et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, vol. I.